

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2017 e de 2016



Banco Société Générale Brasil S.A.

Índice

Relatório da Administração	>	3
Ativo	>	4
Passivo	>	5
Demonstrações do Resultado Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016	>	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e De 2016	>	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016	>	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016	>	9
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras	>	28
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	>	29

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o parecer dos Auditores Independentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado das seguintes controladas: SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Banco Cacique S.A. e Société Générale S.A. CCTVM. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2017 atingiu o valor de R\$ 1,28 bilhão (R\$ 1,33 bilhão em 30 de junho de 2016) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 27,34% (23,87% em 30 de junho de 2016) – Índice alcançado de Basileia.

Excluindo o resultado de equivalência patrimonial de suas controladas, o banco apresentou um lucro de 37,1 milhões no semestre de 2017 (R\$ 4,6 milhões de lucro em 2016). O prejuízo de suas controladas deve-se majoritariamente ao processo de encerramento das empresas do setor de financiamento ao consumidor.

A Administração do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de agosto de 2017

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO				
		Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE			14.206.532	27.180.830
Disponibilidades	5		1.044	100
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6		4.541.306	6.431.313
Aplicações no mercado aberto			4.211.387	6.232.266
Aplicações em depósitos interfinanceiros			329.919	199.047
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7		904.114	1.534.531
Carteira própria			405.984	330.275
Vinculados à prestação de garantias			254.196	259.917
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1		243.934	944.339
Relações interfinanceiras			68	80
Pagamentos e recebimentos a liquidar			-	1
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil			68	57
Créditos vinculados - Correspondentes			-	22
Operações de crédito			133.770	268.245
Operações de crédito - setor privado	9.a		139.644	275.799
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	10		(5.874)	(7.554)
Outros créditos			8.626.230	18.946.271
Carteira de câmbio	11		8.579.015	18.879.678
Rendas a receber			444	424
Negociação e intermediação de valores	8		2.284	1
Diversos	12.a		55.136	69.425
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10		(10.649)	(3.257)
Outros valores e bens			-	290
Outros valores e bens			-	290
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			3.286.133	2.830.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6		165.668	170.215
Aplicações em depósitos interfinanceiros			165.668	170.215
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7		745.175	670.910
Carteira própria			7.342	158.587
Vinculados à prestação de garantias			329.018	56.399
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1		408.815	455.924
Operações de crédito			210.809	182.576
Operações de crédito - setor privado	9.a		210.809	182.576
Outros créditos			2.164.481	1.806.375
Carteira de câmbio	11		1.904.253	1.577.794
Diversos	12.a		260.228	228.581
PERMANENTE			338.495	440.417
Investimentos			335.645	436.984
Participações em controladas	14		335.620	436.948
Outros investimentos			25	36
Imobilizado de uso			2.850	3.433
Outras imobilizações de uso			11.879	11.384
Depreciações acumuladas			(9.029)	(7.951)
TOTAL DO ATIVO			17.831.160	30.451.323

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO				
		Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE			13.553.714	26.581.980
Depósitos.....	15		750.640	399.822
Depósitos à vista.....			5.700	452
Depósitos interfinanceiros.....			506.660	367.327
Depósitos a prazo.....			238.280	32.043
Captações no mercado aberto.....	16		1.289.246	600.055
Carteira de terceiros.....			1.033.998	600.055
Carteira de Livre Movimentação.....			255.248	-
Relações interfinanceiras.....			96	-
Recebimentos e pagamentos a liquidar.....			96	-
Relações interdependências.....			55.286	11.153
Recursos em trânsito de terceiros.....			55.286	11.153
Obrigações por empréstimos e repasses.....	17		3.487.729	6.726.097
Empréstimos no exterior.....			3.485.490	6.723.302
Repasses do exterior.....			1.351	2.706
Repasses do País - FINAME.....			888	89
Instrumentos financeiros derivativos.....			324.655	629.313
Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e.1		324.655	629.313
Outras obrigações.....			7.646.062	18.215.540
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....			121	190
Carteira de câmbio.....	11		7.562.409	17.999.924
Fiscais e previdenciárias.....	12.b		68.629	116.765
Negociação e intermediação de valores.....	8		166	88.260
Diversas.....	12.c		14.737	10.401
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			2.994.808	2.535.156
Depósitos.....	15		218.452	169.515
Depósitos interfinanceiros.....			42.677	55.999
Depósitos a prazo.....			175.775	113.516
Obrigações por empréstimos e repasses.....	17		429.049	328.209
Empréstimos no exterior.....			420.334	312.195
Repasses do exterior.....			222	1.625
Repasses do País - FINAME.....			8.493	14.389
Instrumentos financeiros derivativos.....			206.059	216.427
Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e.1		206.059	216.427
Outras obrigações.....			2.141.248	1.821.005
Carteira de câmbio.....	11		1.911.595	1.614.568
Fiscais e previdenciárias.....	12.b		64.557	29.721
Diversas.....	12.c		165.096	176.716
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	18		1.866	61
Resultado de exercícios futuros.....			1.866	61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		1.280.772	1.334.126
Capital social.....			2.956.929	2.956.929
Reserva de capital.....			2.125	1.949
Ajustes de avaliação patrimonial.....			4.490	(85)
Lucros/(Prejuízos) acumulados.....			(1.682.772)	(1.624.667)
TOTAL DO PASSIVO			17.831.160	30.451.323

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		365.207	657.423
Operações de crédito		12.418	33.194
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		352.789	624.229
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(272.614)	(637.779)
Operações de captações no mercado		(122.898)	(104.710)
Operações de empréstimos e repasses		(175.911)	1.710.626
Resultado de operações com câmbio		137.942	(269.421)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(105.198)	(1.968.062)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(2.685)	(6.839)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(3.864)	627
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		92.593	19.644
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(140.168)	(16.850)
Receitas de prestação de serviços		9.026	6.612
Resultado de participações em controladas e coligada	14	(110.315)	(42.400)
Despesas de pessoal		(29.123)	(28.015)
Outras despesas administrativas	22	(25.431)	(25.134)
Despesas tributárias		(7.485)	(8.238)
Outras receitas operacionais	23	37.440	90.121
Outras despesas operacionais	24	(14.280)	(9.796)
RESULTADO OPERACIONAL		(47.575)	2.794
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		20	23
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		(47.555)	2.817
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20	(25.616)	(40.596)
Provisão para imposto de renda corrente		(11.948)	(18.493)
Provisão para contribuição social corrente		(9.436)	(13.182)
Imposto diferido		(4.232)	(8.921)
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(73.171)	(37.779)
Prejuízo por ação		(71,95)	(37,15)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.956.929	2.286	180	(3.104)	(1.587.007)	1.369.284
Ajustes de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em						
controladas - Banco Pecúnia S.A.	-	-	-	-	119	119
Plano de pagamento baseado em ações						
- Controlador	-	(281)	-	-	-	(281)
- Controladas	-	(56)	-	-	-	(56)
Reservas de reavaliação	-	-	(180)	-	-	(180)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	3.019	-	3.019
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(37.779)	(37.779)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	2.956.929	1.949	-	(85)	(1.624.667)	1.334.126
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.956.929	2.018		2.924	(1.609.572)	1.352.299
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em						
controladas - Banco Pecúnia S.A.	-	-	-	-	(17)	(17)
Plano de pagamento baseado em ações						
- Controlador	-	107	-	-	-	107
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1.566	(12)	1.554
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(73.171)	(73.171)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	2.956.929	2.125	-	4.490	(1.682.772)	1.280.772

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre		(73.171)	(37.779)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		90.041	1.591.025
Depreciações e amortizações.....		684	854
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.685	6.840
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos		3.864	(628)
Atualização de depósitos judiciais		(9.278)	-
Constituição de provisão para riscos.....	13 (ii)	6.290	6.241
Impostos diferidos.....		4.232	8.921
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos.....		(30.441)	1.522.227
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		1.566	4.114
Provisão para pagamento de plano de ações.....		107	56
Resultado de participação em controladas.....		110.315	42.400
Ajustes de exercícios anteriores em controladas.....		17	-
Lucro líquido ajustado		16.870	1.553.246
Variação de ativos e obrigações.....		380.959	32.939
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez.....		(26.648)	378.633
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários.....		(264.316)	463.120
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		38.367	5.265
Aumento em operações de crédito		(306.152)	(6.694)
Aumento em outros créditos.....		(4.112.292)	(9.194.609)
Aumento em outros valores e bens		-	(290)
(Redução) em depósitos.....		(90.436)	(343.820)
Aumento no mercado aberto.....		448.207	600.055
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos.....		1.150.497	(1.362.172)
Aumento em outras obrigações		3.290.882	10.322.962
Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos		253.366	(829.501)
Redução em resultados de exercícios futuros.....		(516)	(10)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais.....		397.829	1.586.185
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital em controladas.....	14	(10.000)	(105.000)
Alienação de investimento em controlada		53.300	-
Aquisição de imobilizado de uso		(90)	(72)
Alienação de imobilizado de uso		4	-
Caixa líquido investido nas atividades de investimento		43.214	(105.072)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE		441.043	1.481.113
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		3.313.426	4.756.610
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5	3.754.469	6.237.723

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. O suporte das operações do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das captações da empresa controlada Banco Cacique S.A. vem sendo realizada através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador, Banco Société Générale Brasil S.A. Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração das controladas Banco Cacique S.A. e do Banco Pecúnia S.A., comunicou a decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, encerrando dessa forma suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas. O Banco Pecúnia S.A. foi adquirido pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data.

■ 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial consolidadas são divulgadas no sítio eletrônico do banco atendendo a resolução 4.280 de 31 de outubro de 2013. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; e
- h) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução BACEN nº 4.424/15. i) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 17 de agosto de 2017.

■ 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.
- b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.
- c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.
- d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap", de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período; • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; • Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e • Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações".

f) Carteira de câmbio - As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pró-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos - • As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações - Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

o) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

p) Mensuração a valor de mercado - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

q) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação - A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações - O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

■ 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado - A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, o Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e suas alterações posteriores, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, e suas alterações posteriores, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

V. Risco de capital - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital; As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG). O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades.....	1.044	100
Aplicações no mercado aberto.....	3.753.424	6.232.266
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1	5.357
Total.....	3.754.469	6.237.723

■ 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2017	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto.....	4.211.387	-	-	-	4.211.387
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	191.705	138.214	143.588	22.080	495.587
Total.....	4.403.092	138.214	143.588	22.080	4.706.974
Em 30 de junho de 2016	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto.....	6.232.266	-	-	-	6.232.266
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	108.607	90.440	132.280	37.935	369.262
Total.....	6.340.873	90.440	132.280	37.935	6.601.528

■ 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2017 e de 2016 por categoria:

	2017		2016	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:.....	412.255	413.326	486.728	488.862
Títulos para negociação:.....	405.430	405.984	330.009	330.275
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	22.473	22.498	93.170	93.185
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	112.673	112.765	154.881	154.861
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	154.352	154.789	58.935	59.206
Debêntures.....	115.932	115.932	-	-
Cotas de fundos de investimento.....	-	-	23.023	23.023
Títulos disponíveis para venda:.....	6.825	7.342	156.719	158.587
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	6.825	7.342	156.719	158.587
Vinculados à prestação de garantias:.....	566.089	583.214	318.682	316.316
Títulos para negociação:.....	253.368	254.196	124.713	124.922
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	9.773	9.773	24.957	24.941
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	153.360	153.530	97.981	98.177
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	90.235	90.893	1.775	1.804
Títulos disponíveis para venda:.....	312.721	329.018	193.969	191.394
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	312.721	329.018	193.969	191.394
Total.....	978.344	996.540	805.410	805.178

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2017			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	319.546	336.360	16.814	(7.566)	9.248
Total.....	319.546	336.360	16.814	(7.566)	9.248
Títulos disponíveis para venda		2016			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	350.688	349.981	(707)	318	(389)
Total.....	350.688	349.981	(707)	318	(389)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo. Os títulos privados e públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas no respectivo administrador do fundo.

c) Composição por prazo de vencimento

	2017			2016		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses.....	660.180	-	660.180	455.197	-	455.197
A vencer entre 3 e 12 meses.....	-	-	-	-	134.995	134.995
A vencer entre 1 e 3 anos.....	-	252.951	252.951	-	141.820	141.820
A vencer entre 3 e 5 anos.....	-	83.409	83.409	-	73.166	73.166
Total.....	660.180	336.360	996.540	455.197	349.981	805.178

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Composição por emissor

	2017	2016
Títulos para negociação	660.180	455.197
Públicos	544.248	432.174
Governo Federal	544.248	432.174
Privado	115.932	23.023
Debêntures	115.932	-
Cotas de fundos de investimento	-	23.023
Títulos disponíveis para venda	336.360	349.981
Públicos	336.360	349.981
Governo Federal	336.360	349.981
Total	996.540	805.178

e) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos swap's por indexador: e.1) "Swap", NDF e Opções

Em 30 de junho de 2017

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na CETIP	Curva	Mercado
CDI x DÓLAR	156.300	(6.497)	(6.444)
CDI x EURO	60.000	(3.507)	(3.744)
CDI x IPCA	24.100	176	(326)
CDI (NDF)	180.346	10.708	11.488
CDI x PRÉ	179.511	26	393
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	157.667	201	(387)
DÓLAR (NDF)	2.108.657	4.271	488
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	308.022	94.958	102.705
DÓLAR X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	194.514	703	(1.429)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	7.288	5.503	5.540
EURO (NDF)	1.376.815	(26.342)	(27.622)
IPCA x CDI	24.200	(217)	248
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	194.514	(695)	1.512
LIBRA ESTERLINA (NDF)	23.282	1.031	1.053
PRÉ x CDI	2.324.554	14.099	(16.211)
PRÉ x DÓLAR	282.612	25.249	39.576
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	552.635	28.261	47.844
PRÉ X EURO	571.153	(33.156)	(32.416)
RENMINBI HONG KONG VENDA (NDF)	6.812	(339)	(399)
YEN (NDF)	11.513	200	179
Total	8.744.495	114.633	122.048

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de junho de 2016

Swaps e NDF's

Indexador

	Valor de referência Operações registradas na CETIP	Curva	Mercado
CAP x PRE.....	502.084	(9.951)	(10.017)
CDI x EURO (Fluxo de caixa).....	28.431	4.166	4.619
CDI x PRE (Fluxo de caixa).....	55.000	62	177
CDI x EURO.....	384.581	58.934	80.066
CDI x IPCA.....	26.600	(753)	(659)
CDI x DOLAR.....	594.005	29.714	34.902
CDI x DOLAR (Fluxo de caixa).....	1.052.849	(48.689)	(13.109)
Cesta de Ações x PRE.....	261.012	10.834	10.017
Cesta de Moedas x PRE.....	71.015	1.391	-
CHF (NDF).....	211.097	(79.871)	(74.329)
COROA NORUEGUESA (NDF).....	815	171	179
DIS US x PRE.....	8.178	109	44
DOLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa).....	180.580	2	28
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa).....	15.237	11.084	11.165
DOLAR (NDF).....	5.841.943	(49.351)	(8.080)
DOLAR x CDI (Fluxo de caixa).....	100.000	87.240	90.352
DOLAR x CHF ECB (Fluxo de caixa).....	192.988	72.419	68.595
EURIBOR x EUR ECB.....	523.106	(133)	(7.570)
EURIBOR x PRE.....	60.000	6.882	5.182
EURO (NDF).....	3.068.885	286.969	318.752
GBP Reuters 11NY (NDF).....	696	113	131
IPCA x CDI.....	24.200	636	498
JPY Reuters 11 NY (NDF).....	973	77	98
LIBOR US 3M x DOLAR (Fluxo de caixa).....	180.580	(1)	2
LIBRA ESTERLINA (NDF).....	34.067	4.173	4.785
PRÉ x 0%CESTA DE AÇÕES.....	25.820	(895)	-
PRÉ x 0%PRÉ 0%.....	46.820	(5)	(3.583)
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB.....	119.072	(27.238)	(19.452)
PRE x Cesta de Moedas.....	71.015	(1.309)	-
PRE x DIS US.....	8.178	(107)	(44)
PRE x DOLAR.....	302.891	(39.028)	(19.189)
PRE x DOLAR (Fluxo de caixa).....	503.087	45.069	69.039
PRE x EURO.....	67.245	11.348	11.868
PRE x ITUB4 BZ EQUITY.....	5.095	(12)	(58)
PRE x S&P.....	33.072	(289)	(4.881)
	<u>14.601.217</u>	<u>373.761</u>	<u>549.528</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2017		2016	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Opções listadas				
Posição comprada-Opções de venda	124.400	-	184.400	4.995
Total	124.400	-	184.400	4.995
	2017	2016		
Operações a termo	Valor dos contratos	Valor dos contratos		
Compras a termo a receber	923	-		
Obrigações por compra de termo a pagar	(936)	-		
Total	(13)	-		

Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, Ndf e Opções

	2017	2016
Curto prazo	243.934	944.339
Longo prazo	408.815	455.924
Saldo registrado no ativo:	652.749	1.400.263
Curto prazo	(324.655)	(629.313)
Longo prazo	(206.059)	(216.427)
Saldo registrado no passivo:	(530.714)	(845.740)
Diferencial líquido a receber	122.035	554.523

e.2) Mercado futuro

	2017		2016	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	9.339.597	(1.105)	11.081.184	(82.831)
DI	3.883.479	(212)	5.740.460	1.221
Dólar	3.977.795	3.598	1.859.046	(6.551)
Total	17.200.871	2.281	18.680.690	(88.161)

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". Vide nota explicativa nº 8. O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 260.408 (R\$ 42.479 em 2016). Os contratos de "swap", NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2017

	Valores referenciais						Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
"Swap"	785.996	1.250.080	1.689.027	678.893	633.073	-	5.037.069
NDFs	2.311.482	538.263	524.599	56.819	276.263	-	3.707.426
Futuros	12.343.226	243.055	938.878	2.870.738	572.282	232.692	17.200.871
Operações a Termo	936	-	-	-	-	-	936
Opções	124.400	-	-	-	-	-	124.400
Total	15.566.040	2.031.398	3.152.504	3.606.450	1.481.618	232.692	26.070.702

Em 30 de junho de 2016

	Valores referenciais						Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
"Swap"	1.214.376	2.067.846	1.430.940	146.251	583.328	-	5.442.741
NDFs	5.292.321	3.105.201	233.068	266.788	261.098	-	9.158.476
Futuros	11.510.442	4.430.956	1.825.131	693.479	220.682	-	18.680.690
Opções	124.400	-	60.000	-	-	-	184.400
Total	18.141.539	9.604.003	3.549.139	1.106.518	1.065.108	-	33.466.307

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, os seguintes resultados:

	2017	2016
NDF	35.961	134.761
Swap	(50.695)	689.969
Mercado futuro	(89.604)	(2.796.122)
Opções	(860)	3.330
Total	(105.198)	(1.968.062)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" - A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082. As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

"Hedge" de fluxo de caixa

	2017		2016	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(281.259)	-	(277.066)	-
DDI	278.055	(305.924)	273.393	(284.293)
DI	-	281.784	-	276.527
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)	-	(8.657)	-	(378)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)	-	3.895	-	170

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado exclusivo, cuja composição é demonstrada abaixo:

	2017	2016
	Ativo/(Passivo)	
SG SD FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	-	23.023
Disponibilidades	-	302
LTN	-	22.738
Outros ativos	-	2
Valores a pagar	-	(19)
Total de cotas de fundos de investimento	-	229.690,091320

Como parte da estratégia do Banco, o SG SD Fundo de Investimentos Multimercado-IE foi totalmente resgatado em 08 de agosto de 2016 pelo valor R\$ 23.255.660,38

■ 8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

	2017	2016
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	2.281	-
Outros	3	1
Total	2.284	1

b) Passivo - Outras obrigações

	2017	2016
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	-	88.161
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	166	99
Total	166	88.260

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2017	2016
Empréstimos e títulos descontados.....	123.880	107.238
Financiamentos.....	226.573	351.137
Total das operações de crédito.....	350.453	458.375
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11).....	961.764	1.084.863
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11).....	6.505	10.656
Outros créditos – títulos e créditos a receber.....	37.540	4.250
Total de outros créditos.....	1.005.809	1.099.769
Total do risco da carteira.....	1.356.262	1.558.144

b) Diversificação por atividade:

	2017	2016
Setor privado:		
Indústria.....	943.470	1.463.894
Comércio.....	294.549	62.946
Pessoas físicas.....	343	189
Prestação de serviços.....	116.503	24.748
Outros serviços.....	1.397	6.367
Total.....	1.356.262	1.558.144

c) Vencimento:

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas.....	3.331	0,25	7.133	0,46
A vencer até 3 meses.....	2.506	0,18	355.254	22,80
A vencer de 3 a 12 meses.....	1.113.154	82,08	1.020.211	65,48
A vencer de 1 a 3 anos.....	231.270	17,05	171.426	11,00
A vencer de 3 a 5 anos.....	6.001	0,44	4.120	0,26
Total.....	1.356.262	100,00	1.558.144	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2017		2016	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor (*).....	244.299	18,01	404.437	25,96
10 seguintes maiores devedores.....	944.797	69,66	1.027.159	65,92
20 seguintes maiores devedores.....	157.729	11,63	118.797	7,62
50 seguintes maiores devedores.....	9.437	0,70	7.751	0,50
Total.....	1.356.262	100,00	1.558.144	100,00

(*) Em 2016 o valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 404.437 não comprometendo assim o percentual de exposição de 25% do PR.

e) Nível de risco:

		2017			2016		
Nível	%	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA.....	0,00%	917.484	-	917.484	854.345	-	854.345
A.....	0,50%	222.284	-	222.284	578.695	-	578.695
B.....	1,00%	187.083	-	187.083	100.842	1.460	102.302
C.....	3,00%	9.580	307	9.887	545	3.086	3.631
D.....	10,00%	2.450	-	2.450	-	-	-
E.....	30,00%	271	152	423	16.584	-	16.584
F.....	50,00%	-	554	554	-	-	-
G.....	70,00%	11.598	73	11.671	-	2.587	2.587
H.....	100,00%	2.182	2.244	4.426	-	-	-
		1.352.932	3.330	1.356.262	1.551.011	7.133	1.558.144

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f) Provisão por nível de risco:

Nível	%	2017		2016	
		Total	Provisão	Total	Provisão
AA.....	0,00%	917.484	-	854.345	-
A.....	0,50%	222.284	1.111	578.695	2.893
B.....	1,00%	187.083	1.871	102.302	1.023
C.....	3,00%	9.887	296	3.631	109
D.....	10,00%	2.450	245	-	-
E.....	30,00%	423	127	16.584	4.975
F.....	50,00%	554	277	-	-
G.....	70,00%	11.671	8.170	2.587	1.811
H.....	100,00%	4.426	4.426	-	-
Total.....		1.356.262	16.523	1.558.144	10.811

■10. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2017	2016
Saldo inicial.....	10.811	4.599
Constituição.....	6.549	6.212
Baixas.....	(837)	-
Saldo final.....	16.523	10.811
Curto prazo.....	16.523	10.811
Total.....	16.523	10.811

■11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2017	2016
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar.....	5.119.667	10.086.087
Direitos sobre venda de câmbio.....	5.357.096	10.360.729
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a).....	6.505	10.656
Total.....	10.483.268	20.457.472
Curto prazo.....	8.579.015	18.879.678
Longo prazo.....	1.904.253	1.577.794
Total.....	10.483.268	20.457.472
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar.....	5.581.647	10.030.586
Obrigações por compra de câmbio.....	4.854.121	10.668.769
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a).....	(961.764)	(1.084.863)
Total.....	9.474.004	19.614.492
Curto prazo.....	7.562.409	17.999.924
Longo prazo.....	1.911.595	1.614.568
Total.....	9.474.004	19.614.492

■12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais.....	1.176	1.099
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta.....	727	-
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 20 b).....	3.895	488
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 13ii) (*).....	243.676	228.580
Devedores por compra de valores e bens a prazo.....	-	4.250
Impostos e contribuições a compensar.....	19.595	49.869
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a) (***).....	37.540	-
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 21).....	50	42
Devedores diversos no exterior (***).....	8.244	13.245
Outros.....	461	433
Total.....	315.364	298.006
Curto prazo.....	55.136	69.425
Longo prazo.....	260.228	228.581
Total.....	315.364	298.006

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 55.303 em 30 de junho de 2017 (R\$ 51.356 em 2016), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R\$ 0,00 em junho de 2017 (R\$ 2.758 em 2016), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 124.963 (R\$ 114.913 em 2016), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 34.055 em junho de 2017 (30.499 em 2016). (**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 21). (***) Refere-se a cessão de créditos sem coobrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	58.082	54.624
Impostos e contribuições a recolher	2.981	2.540
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 20 d)	72.123	89.322
Total	133.186	146.486
Curto prazo	68.629	116.765
Longo prazo	64.557	29.721
Total	133.186	146.486

c) Outras obrigações - diversas:

	2017	2016
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i)	2.635	18.073
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i)	4	4
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i) (**)	156.595	156.904
Provisão com despesas de pessoal	10.868	8.725
Provisão para despesas de publicação	71	90
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.414	1.224
Provisão para despesas de advogados	33	107
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 21 a)	36	13
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 21 a)	384	-
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	309	225
Provisão para garantias prestadas (*)	5.865	1.734
Fundo garantidor de crédito	54	4
Valores a pagar execução de sucumbência	678	-
Outras	887	14
Total	179.833	187.117
Curto prazo	14.737	10.401
Longo prazo	165.096	176.716
Total	179.833	187.117

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2017 R\$ 330.042 (R\$ 578.933 em 2016).

(**) Reclassificação para nota de outras obrigações - diversas, devido alteração de cosif conforme carta circular 3.782 do BACEN.

■ 13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2017	2016
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	156.595	156.904
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	2.635	18.073
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	4	4
Total	159.234	174.981

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	148.294	17.226	4	165.524
Constituição	13	-	-	13
Reversão	-	(14.591)	-	(14.591)
Atualização	8.288	-	-	8.288
Saldo final	156.595	2.635	4	159.234
Devedores por depósitos em garantia	240.253	2.746	677	243.676

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de junho de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	154.039	14.696	4	168.739
Baixas	1	-	-	1
Reversão	(1.526)	(489)	-	(2.015)
Atualização	4.390	3.866	-	8.256
Saldo final.....	156.904	18.073	4	174.981
Devedores por depósitos em garantia	224.076	4.504	-	228.580

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	156.595	156.595	2.635	2.635	4	4
Perdas possíveis (b)	66.785	-	90	-	1.505	-
Perdas remotas	43.018	-	2.445	-	5.145	-
Total	266.398	156.595	5.170	2.635	6.654	4

Em 30 de junho de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	156.904	156.904	18.073	18.073	4	4
Perdas possíveis (b)	41.797	-	-	-	1.847	-
Perdas remotas	40.360	-	-	-	4.782	-
Total	239.061	156.904	18.073	18.073	6.633	4

Contingências fiscais e obrigações legais: - Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais - • Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 4.038 (R\$ 3.915 em 2016); • Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 105.313 (R\$ 94.333 em 2016); • Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2017, totalizou R\$ 42.012 (R\$ 40.703 em 2016);

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível - • Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 25.217 (R\$ 31.025 em 2016); • Cobrança de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 11.530 (R\$ 10.772 em 2016); **Trabalhistas:** - Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. **Cíveis:** - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 14. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS

	Banco Cacique S.A.		Banco Pecúnia S.A.		SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil		Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Sgam Soc Asset Management Brasil Ltda.		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Informações das controladas:												
Capital social												
Ordinárias.....	1.240.445	1.164.444	-	561.596	2.448.501	2.448.501	7.956.446	7.956.446	-	-		
Preferenciais	-	-	-	615.127.380	2.448.501	2.448.501	7.956.446	7.956.446	-	-		
Participações - %	100	100	-	100	100	100	100	100				
Patrimônio líquido	150.486	253.900	-	73.638	96.342	95.309	88.792	14.101				
Lucro (prejuízo) líquido do semestre.....	(106.405)	(4.870)	-	(24.957)	2.088	(8.409)	(1.890)	(4.162)				
Movimentação dos investimentos:												
Saldos em 31 de dezembro	246.854	198.932	57.406	98.673	94.339	60.023	90.682	18.263	-	7	489.281	375.898
Ajuste de avaliação patrimonial.....	37	(16)	2	(4)	(85)	(1.407)	-	-	-	-	(46)	(1.427)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(60)	-	102	-	-	-	-	-	42
Resultado de equivalência patrimonial.	(106.405)	(4.870)	(4.108)	(24.957)	2.088	(8.409)	(1.890)	(4.162)	-	(2)	(110.315)	(42.400)
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas												
Controladas.....	-	(146)	-	(14)	-	-	-	-	-	-	-	(160)
Aumento de capital.....	10.000	60.000	-	-	-	45.000	-	-	-	-	10.000	105.000
Baixa de investimento	-	-	(53.300)	-	-	-	-	-	-	(5)	(53.300)	(5)
Saldos em 30 de junho.....	150.486	253.900	-	73.638	96.342	95.309	88.792	14.101	-	-	335.620	436.948

Em 10 de março de 2017, o Banco Cacique S.A., aumentou seu capital social em R\$ 10.000. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de março de 2017. Em 02 de fevereiro de 2016, o Banco Cacique S.A. aumentou seu capital social em R\$ 60.000. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016. Em 12 de fevereiro de 2016 a SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil, aumentou seu Capital Social em R\$ 45.000. O referido aumento do Capital Social foi aprovado pelo Bacen em 19 de fevereiro de 2016. O Banco Pecúnia S.A. foi adquirido pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data.

■ 15. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Sem vencimento	5.700	452	-	-	-	-	5.700	452
Até 3 meses.....	-	-	110.565	281	455.288	367.302	565.853	367.583
De 3 meses a 1 ano	-	-	127.715	31.762	51.372	25	179.087	31.787
De 1 a 3 anos	-	-	175.104	113.484	42.677	55.999	217.781	169.483
De 3 a 5 anos	-	-	671	32	-	-	671	32
Total	5.700	452	414.055	145.559	549.337	423.326	969.092	569.337

■ 16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 30 de junho de 2017

	A vencer até 3 meses	Total
Carteira de terceiros.....	1.033.998	1.033.998
Carteira de livre movimentação.....	255.248	255.248
Total	1.289.246	1.289.246

Em 30 de junho de 2016

	A vencer até 3 meses	Total
Carteira de terceiros.....	600.055	600.055
Total	600.055	600.055

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2017		2016	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	-	(64)	-	-
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	939.018	(22.257)	922.854	309.848
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.242.264	(101.567)	5.556.050	1.264.046
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	724.542	(51.741)	556.593	136.130
Subtotal	3.905.824	(175.629)	7.035.497	1.710.024
Repasse do País				
Finame	9.381	(124)	14.478	(175)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d)	1.573	(158)	4.331	777
Total	3.916.778	(175.911)	7.054.306	1.710.626
Curto prazo	3.487.729		6.726.097	
Longo prazo	429.049		328.209	
Total	3.916.778		7.054.306	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-Paris, Société Générale-Cayman e Société Générale-NY com vencimentos até 2018 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,9% ao ano em 2017 (2,52% ao ano em 2016).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com Générale-Paris e Société Générale-NY, vencíveis em 2017, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,25% ao ano.

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2017 (3,93% ao ano em 2016).

(d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano.

Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável de R\$ 613 (em 2016 favorável em R\$ 3.379).

■ 18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2017	2016
Comissão de operação em moeda estrangeira	1.866	61
Total	1.866	61

■ 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 30 de junho de 2017 e de 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2017	2016
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	1.016.948	1.016.948

b) **Dividendos** - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. c) **Reserva de capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 27. d) **Reserva legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho 2017 e 2016:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias.....	(47.555)	2.817	(47.555)	2.817
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente ..	11.889	(704)	9.511	(563)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(27.575)	(10.600)	(22.059)	(8.480)
-Ajustes de preços de transferência para exterior.....	(2)	-	(1)	-
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(1.400)	(2.837)	(1.120)	(2.269)
-Incentivo fiscal	(94)	-	(75)	-
-Outras despesas não dedutíveis	76	(19)	(69)	(128)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:.....				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.573	(1.561)	1.258	(1.248)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	5	2.297	5	1.837
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris.....	(27)	70	(21)	56
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos.....	(1.568)	(1.548)	(1.255)	(1.238)
-Provisão para publicação de balanço	22	22	18	18
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais.....	2.346	2.678	1.876	2.142
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR.....	1.244	1.168	995	935
-Honorários advocatícios	92	43	73	34
-Outras diferenças temporárias	(142)	159	(114)	124
-Provisão Garantias	3.082	-	2.465	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(10.479)	(10.832)	(8.513)	(8.780)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(2.351)	(4.956)	(1.881)	(3.965)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros períodos	(1.469)	(7.661)	(923)	(4.402)
Total de imposto de renda e contribuição social	(14.299)	(23.449)	(11.317)	(17.147)

O Banco possui prejuízos fiscais em 30 de junho de 2017 de R\$ 16.169 (R\$ 16.169 em 2016) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 351.296 (R\$ 360.976 em 2016), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 165.359 (R\$ 169.715 em 2016) e não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstrar a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2017	2016
Diferenças temporárias:	8.657	1.084
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	-	707
Ajuste a valor de Mercado-hedge-cash flow hedge	8.657	377
Total	8.657	1.084
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	2.164	271
Ativo - Contribuição social (Alíquota de 15%)		
Diferenças temporárias:	8.657	1.084
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	-	707
Ajuste a valor de Mercado-hedge-cash flow hedge	8.657	377
Total	8.657	1.084
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário constituído	1.731	217
Total crédito tributário constituído.....	3.895	488

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2017	2016
Saldo inicial	948	5.401
Adições.....	2.947	-
Baixas	-	(4.913)
Saldo final	3.895	488

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2017	2016
Saldo inicial	63.635	81.676
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	10	4.101
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	-	(1.275)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	4.222	4.820
Ajustes a valor de mercado TVM - disponíveis para venda	4.256	-
Saldo final (*).....	72.123	89.322

(*) Nota explicativa nº 12 b

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e) **Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

Ano	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social	
	sobre diferenças temporárias	
	2017	2016
2017.....	-	488
2018.....	3.895	-
Total.....	3.895	488

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 3.430 em 30 de junho de 2017 (R\$ 407 em 2016).

■ 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	495.585	369.262	25.519	22.602
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	31	23	305	149
Depósitos à vista.....	(198)	(17)	-	-
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	27.028	29.905	8.198	61.659
Depósitos interfinanceiros.....	(41.242)	(51.077)	(2.716)	(4.124)
Société Générale S.A. Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários				
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	17	17	102	82
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	(384)	-	-	-
Depósitos à vista.....	(18)	(17)	-	-
Depósitos interfinanceiros.....	(2.645)	(4.949)	(221)	(318)
Banco Pecúnia S.A.				
Depósitos interfinanceiros.....	-	(62.100)	-	(5.137)
Banco Cacique S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	-	9.490
Depósitos interfinanceiros.....	(250.263)	(305.200)	(14.238)	(28.511)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	-	72	-
Obrigações em moeda estrangeira.....	(82.818)	(922.854)	-	(309.848)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	-	-	(3.670)	-
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	-	1.017	-
Devedores diversos no exterior (*).....	8.244	13.245	-	(4.885)
Credores diversos no exterior (**).....	(36)	(13)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira.....	(2.239.522)	(5.556.050)	(13.864)	(1.264.026)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(643.504)	(556.593)	(12.464)	(136.130)
Obrigações por repasses do exterior.....	(1.573)	(4.331)	-	(777)
Société Générale - Cayman:				
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(25.472)	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira.....	(856.201)	-	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	2	2	21	10
Depósitos à vista.....	(31)	(10)	-	-
Depósitos a prazo.....	(2.345)	(2.345)	(307)	(150)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista.....	(8)	(27)	-	-
Depósitos a prazo.....	-	(11.214)	(996)	(996)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	54.805	19.946	270.631	210.956
Resumo por conta:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	495.585	369.262	25.519	32.092
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	-	1.089	-
Depósitos à vista.....	(255)	(71)	-	-
Depósitos a prazo.....	(2.345)	(13.559)	(1.303)	(1.146)
Depósitos interfinanceiros.....	(294.150)	(423.326)	(17.175)	(38.090)
Devedores diversos no exterior (*).....	8.244	13.245	-	(4.885)
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	50	42	428	241
Obrigações em moeda estrangeira.....	(3.178.541)	(6.478.904)	(13.864)	(1.573.874)
Credores diversos no exterior (**).....	(36)	(13)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(668.976)	(556.593)	(16.134)	(136.130)
Obrigações por repasses do exterior.....	(1.573)	(4.331)	-	(777)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	81.833	49.851	278.829	272.615
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	(384)	-	-	-
	(3.560.548)	(7.044.397)	257.389	(1.449.954)

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12 c

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2017	2016
Proventos.....	2.736	2.049
Contribuição ao INSS	646	547
Total	3.382	2.596

Outras informações - I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária - A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2017			2016		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris.....	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

■ 22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas de água, energia e gás.....	65	74
Despesas de material	32	42
Despesas de serviços técnicos especializados	5.024	5.083
Despesas de processamento de dados.....	2.267	1.815
Despesas de serviços do sistema financeiro	11.972	5.932
Despesas de aluguéis	1.553	1.452
Despesas de serviços de terceiros	631	5.938
Despesas de manutenção e conservação de bens	280	475
Despesas de comunicações	566	545
Despesas de contribuições filantrópicas.....	354	328
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	62	59
Despesas de arrendamento	16	20
Despesas de seguros	1	1
Despesas de propaganda e publicidade.....	72	57
Despesas de publicações	21	32
Despesas de transportes.....	95	85
Despesas de promoções e relações públicas	482	121
Despesas de viagem.....	465	548
Despesas de depreciação e amortização	684	854
Despesas com auditoria	268	296
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	6	750
Outras	515	627
Total	25.431	25.134

■ 23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii).....	-	1.526
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii).....	14.591	489
Atualização de depósitos judiciais	9.278	10.538
Atualização de depósitos trabalhistas	97	174
Juros e multas.....	205	172
Levantamento depósitos judiciais	3	-
Variação cambial.....	3	76.316
Reversão de provisão de despesas de advogados.....	-	89
Reversão de provisão de garantias recebidas	13.052	-
Outras	211	817
Total	37.440	90.121

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Prestação de serviços no exterior	6	-
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	13	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	8.288	4.390
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	-	3.866
Provisão de garantias recebidas	23	-
Variação cambial	4.572	5
Despesas com depósitos judiciais	-	1.526
Provisão para Garantias prestadas	699	-
Provisão de execução de sucumbência	671	-
Atualização de provisão de execução de sucumbência	7	-
Outras	1	9
Total	14.280	9.796

25. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia II - O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam: • Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13 - definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE); • Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA; • Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), "Commodities" (RWAcom) e Câmbio (RWAcamb); • Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

Apuração dos limites de Basileia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2017	2016
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.280.670	1.333.573
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	433.364	551.653
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	5.275	17.676
Valor da margem		842.031	764.244

- Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2017		2016	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	301.094	24%	390.361	29%
RWACAM	9.267	1%	3.568	0%
RWAJUR1	10.175	1%	9.221	1%
RWAJUR2	82.526	6%	125.586	9%
RWAJUR3	880	0%	1	0%
PACS	26	0%	3.804	0%
RWAOPAD	29.396	2%	19.112	1%

- Extrapolação

	2017	2016
Índice Alcançado	27,34%	23,87%

26. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais. Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir.

Processo	Valor contábil da causa	
	2017	2016
IRRF sobre cota de fundo ao portador (*)	-	499
Total	-	499

(*) Em dezembro de 2016, o processo que discutia a retenção de IR sobre cota de fundo ao portador foi homologado e consolidado pela Receita Federal, resultando no encerramento definitivo do litígio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale (França). A seguir, demonstramos os valores de posição e moviment   o dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2017	2016
Plano de ações diferidas.....	822	581
Total	822	581
Saldo no início do semestre.....	715	862
Constituição	107	-
Reversão	-	(150)
Exercidas.....	-	(131)
Saldo no fim do semestre.....	822	581

■ 28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão - A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2017, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 423 (R\$ 385 em 2016) e pelos funcionários R\$ 493 (R\$ 429 em 2016).

■ 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração do Banco em conjunto com a administração do Banco Cacique S.A, após a conclusão de estudos e debates, entendem que a implementação de uma reorganização societária do grupo econ mico ao qual pertencem permitirá a redução de custos administrativos e financeiros, resultando em melhoria da composição de sua estrutura patrimonial, bem como a racionalização de operações e metas organizacionais do conglomerado, para isso as seguintes providências foram tomadas:

- a) Em 14 de julho de 2017, foi aprovada a contratação do escritório Vaz, Barreto, Shingaki e Oioli Advogados, para assessoria legal nos processos de incorporações a ocorrerem no 2 . semestre de 2017 e para a elaboração dos laudos de avaliações dos patrim  nios líquidos das empresas do grupo, na data de 30 de Junho de 2017;
- b) Em 25 de julho de 2017, o Banco Cacique vendeu 121 (cento e vinte e uma) quotas de emissão da Cobracred Cobrança Especializada Ltda., para a Cacique Promotora de Vendas Ltda., pelo valor de R\$ 6.569,80 (seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos);
- c) Em 1 . de agosto de 2017, a Cacique Promotora de Vendas Ltda incorporou a Cobracred Cobrança Especializada Ltda..

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADOR:

Leandro dos Santos
CRC - SP 262040/O-6

Aos

Acionistas e aos Administradores do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A., ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Société Générale Brasil S.A., em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2017.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC- 1SP172167/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Sociét Générale S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional – CMN. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário, composto por quatro diretores e se reporta diretamente à Diretoria Executiva. Compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Sociét Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao:

- Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas;
- Na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos;
- Avaliação da efetividade dos controles internos.

O Comitê reuniu-se formalmente 2 vezes incluindo a reunião para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em dezembro/2016 até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 30/06/2017, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõem o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa

- e das demonstrações financeiras de junho/2017.
- Acompanhamento do plano de auditoria interna.
- Avaliação da efetividade das auditorias interna e externa.
- Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria.
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/98 e 3380/06, através da emissão de dashboards mensais.
- Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período.
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos. Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao primeiro semestre de 2017.

São Paulo, 16 de agosto de 2017.

Comitê de Auditoria